



CONGRESSO NACIONAL
EMENDA ADITIVA

EMENDA Nº - CMMPV 1291/2025
(à MPV 1291/2025)

Acrescente-se inciso X ao *caput* do art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na forma proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 47.

.....

X – de pesquisas sobre a conservação e proteção ambiental do Sistema Costeiro-Marinho.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O sistema costeiro-marítimo é um dos ambientes mais dinâmicos e ecologicamente ricos do planeta. Ele inclui as áreas litorâneas, os corpos d'água adjacentes, como estuários e baías, além das águas oceânicas que se estendem até a plataforma continental. Esse ecossistema desempenha um papel crucial na preservação do meio ambiente e na biodiversidade, oferecendo uma grande variedade de habitats para uma multiplicidade de espécies aquáticas e terrestres.



A biodiversidade marinha é reconhecida pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)¹ como uma das mais importantes fontes de recursos naturais e serviços ecossistêmicos. A função protetora que esses ecossistemas oferecem para as populações humanas também não pode ser subestimada. Eles ajudam a regular o clima, a proteger as zonas costeiras contra a erosão, a manter os ciclos de nutrientes essenciais e a purificar as águas. Além disso, as florestas de mangue, os corais e as pradarias subaquáticas desempenham papéis vitais como sumidouros de carbono, fundamentais no combate às mudanças climáticas.

Contudo, a crescente pressão humana sobre as zonas costeiras, como a urbanização, a poluição, a sobrepesca e a destruição de habitats naturais, ameaça a saúde desses ecossistemas, colocando em risco não só a biodiversidade, mas também o bem-estar humano. A preservação e a gestão sustentável do sistema costeiro-marítimo se tornam, portanto, imprescindíveis para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das populações que dependem diretamente desses recursos.

Relevância de Iniciativas de Pesquisa para a Conservação e Proteção Ambiental

Para garantir a preservação e a sustentabilidade do sistema costeiro-marítimo, é fundamental promover pesquisas

¹ <https://www.gov.br/mma/pt-br/textoconvenoportugus.pdf>



científicas e iniciativas de monitoramento que permitam compreender melhor os impactos ambientais, as dinâmicas ecológicas e os mecanismos de regeneração desses ecossistemas. As pesquisas devem se concentrar na identificação de práticas de manejo sustentável, na recuperação de áreas degradadas, no monitoramento da biodiversidade e nas estratégias de mitigação de ameaças como a poluição marinha e as mudanças climáticas.

Além disso, as pesquisas desempenham um papel essencial na identificação de novas soluções tecnológicas para a conservação marinha, como o uso de tecnologias inovadoras para o monitoramento de espécies marinhas, o controle da poluição e o desenvolvimento de métodos alternativos de pesca. O conhecimento gerado por essas pesquisas também pode fornecer a base científica para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, garantindo a proteção das áreas protegidas marinhas e dos corais e manguezais, além de subsidiar normas ambientais mais robustas e alinhadas com as necessidades ecológicas dos ecossistemas costeiros e marinhos.

A falta de recursos financeiros é uma das principais barreiras à realização de pesquisas científicas, especialmente em um campo tão dinâmico e de alta complexidade como o direito costeiro-marítimo e as ciências do mar. Por isso, garantir linhas de financiamento adequadas para a pesquisa e a inovação tecnológica em áreas relacionadas à conservação



e sustentabilidade ambiental é crucial. O financiamento de pesquisas não apenas permite a avaliação contínua dos ecossistemas costeiro-marítimos, mas também fomenta o desenvolvimento de estratégias de adaptação às mudanças ambientais e a criação de parques marinhos e áreas protegidas, assegurando a resiliência do meio ambiente.

O financiamento de iniciativas de pesquisa também deve ser acompanhado da promoção de parcerias entre governos, universidades, organizações não governamentais e o setor privado. Esses projetos colaborativos podem resultar em avançadas inovações científicas e em ações práticas de conservação, como o uso de tecnologias de ponta para o monitoramento de poluição e a recuperação de habitats degradados.

Ademais, o investimento em pesquisas não só auxilia na preservação ambiental, mas também promove o desenvolvimento econômico das comunidades costeiras, através da criação de novas fontes de emprego e capacitação profissional relacionadas à gestão sustentável do meio ambiente.

Nesse contexto, a **EMENDA** apresentada **INCLUI** importante ênfase ao desenvolvimento de pesquisas voltadas ao sistema costeiro-marítimo, onde a exploração do petróleo acontece de forma ampla no Brasil e de onde são revertidos os recursos para o Fundo Social. Essa ênfase tem natureza



principlológica, **PODENDO** se substanciar em pesquisas científicas contínuas, que orientem políticas de gestão eficiente e preservação ativa, garantindo que pesquisas sejam desenvolvidas com qualidade e possam ser transformadas em ações concretas para a conservação e recuperação dos ecossistemas costeiros e marinhos, promovendo a sustentabilidade e a resiliência dos nossos recursos naturais.

Sala da comissão, 10 de março de 2025.

Deputado Túlio Gadêlha
(REDE - PE)

